





EXMO SENHOR
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ECONOMIA,
INOVAÇÃO E OBRAS PUBLICAS
RUA DE SÃO BENTO
1246-068 LISBOA

Sua Referência

OFIC. N.º

P.º N.º

Assunto:

Sua Data

Pedido de audiência

Nossa Referência OFIC. N.º 4836

OFIC. N.º 4830

P.º N.º

Data de Expedição 19-02-2018

Excelência,

O anúncio de encerramento da Estação de Correios na Aldeia de Paio Pires foi recebido com estupefação. Após o encerramento de outra estação em Amora, no ano de 2013, a população do Concelho do Seixal vê-se novamente confrontada com mais um encerramento de serviços públicos de proximidade, que prejudicam as populações e a economia local.

Hoje vivem na Aldeia de Paio Pires cerca 15.000 habitantes, com um número significativo de pessoas com dificuldades de mobilidade, e que à estação se deslocam para serviços de grande importância para as suas vidas, como o levantamento da reforma ou o pagamento de contas, e para quem, naturalmente, a distância será um fator extremamente negativo. É também na Aldeia de Paio Pires que estão sedeados os principais Parques Industriais do Concelho do Seixal e nos quais está prevista a instalação de novas empresas a breve prazo, não se alcançando a lógica de encerramento de estações dos CTT, a não ser por factores meramente economicistas, e consequente despedimento de trabalhadores, bem com a acentuada degradação do serviço postal.

Esta situação, que a ser pontual ou localizada já seria de enorme gravidade, está a ocorrer por todo o território nacional, incluindo as ilhas.

Trata-se de um novo ataque ao serviço público de proximidade prestado pelos CTT que, ao invés de privilegiar a sua função de serviço público, prioriza a lógica do lucro em serviços que outrora eram públicos, o que leva à inevitável degradação do serviço e ao aumento significativo de tarifas, como a realidade bem o tem demonstrado. Assistimos a esta inversão de prioridades não só nos CTT, mas também no setor dos transportes ou no setor energético. Todas essas privatizações se mostraram ruinosas para a maioria destas empresas e para a qualidade do serviço que prestam, afetando de forma negativa os direitos das populações, a economia e o interesse nacional.

Após termos tomado conhecimento pela comunicação social da intenção de encerramento de Lojas por parte dos CTT, solicitámos uma audiência ao Ministro do Planeamento e Obras Públicas, do qual ainda não obtivemos resposta, e com a Administração dos CTT, com a qual já reunimos, e que confirmou a intenção de encerrar a Estação dos CTT na Aldeia de Paio Pires, num quadro de diminuição inaceitável e injustificável da rede de distribuição postal por todo o território.

A Câmara Municipal do Seixal considera tratar-se de uma medida extremamente lesiva dos interesses das populações e do país, pelo que manifesta o seu repúdio face a esta opção por parte da Administração dos CTT que coloca em causa um serviço que deveria ser assegurado em condições de igualdade a todos os cidadãos, sem discriminação de qualquer espécie e avançando para uma modelo de distribuição postal precário colocando em causa a privacidade da correspondência e universalidade do serviço postal.



O Contrato de Concessão entre o Estado e os CTT obriga a empresa a prestar um serviço de qualidade conforme estipulado pela Lei e nas Bases da Concessão. Contudo, desde a privatização, a estratégia da administração da empresa prossegue um caminho de desrespeito pelas obrigações a que está sujeita no que respeita à prestação do serviço e apenas tem como objetivo garantir de volta rapidamente o que pagaram pela compra dos CTT e aproveitar a rede dos CTT para implantar um Banco – que sempre foi adiado quando a empresa era pública.

O caminho de degradação do serviço postal é uma realidade que foi acentuada com a privatização da empresa. Entre 2009 e 2016: encerraram 564 estações e postos dos CTT; reduziram-se em largas centenas o número de trabalhadores e aumentou a pressão e o assédio com vista à sua saída, quando, na realidade, faltam trabalhadores nos correios; há vastas zonas do país onde o correio só está a ser distribuído uma vez por semana; recentemente chegou a haver 15 dias de atraso na chegada dos vales postais com as pensões de reforma; estão identificadas centenas de situações em que a distribuição postal é efetuada com "giro em dobra", isto é, recorrendo à disponibilidade de carteiros que trabalham para além da distribuição que lhes está atribuída na sua jornada.

Entretanto, desde 2014, a empresa já distribuiu em dividendos aos acionistas mais de 240 milhões de euros. Nos anos de 2014, 2015 e 2016, distribuíram a totalidade dos resultados líquidos, obtidos no ano anterior, retirando apenas a reserva legal contabilística mínima. O escândalo maior verificouse em 2017: o resultado líquido de 2016 foi de 62 milhões de euros, mas a administração propôs, e a Assembleia Geral aprovou, um total de 72 milhões em dividendos. Mais 10 milhões do que o resultado líquido, enquanto a distribuição do serviço postal se degrada e se procede ao encerramento de estações dos CTT.

Com base neste enquadramento, solicito o agendamento de uma audiência com a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, com a brevidade possível, para uma discussão mais aprofundada sobre esta importante matéria.

Com os melhores cumprimentos.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Joaquim Cesário Cardador dos Santos